



Governo do Estado de Pernambuco  
Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado  
Gerência de Orientação Normas e Procedimentos

<b>BOLETIM Nº 28/2010</b>	<b>ASSUNTO:</b> Prorrogação da Obrigatoriedade da Emissão da Nota Fiscal – eletrônica – NF-e
<b>LEGISLAÇÃO:</b> Protocolos ICMS nº 42/2009 e nº 193.	<b>DATA:</b> 09/12/2010

**PRORROGAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA EMISSÃO DA NF-E – TRANSAÇÕES INTERNAS**

A Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado – SECGE no exercício de sua função de orientação aos gestores públicos estaduais, e considerando a competência delegada à Secretaria da Fazenda Estadual – SEFAZ, através do Decreto nº 14.876/1991, art. 129-A, VII, para normatizar os procedimentos de obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e no Estado de Pernambuco, vem, por meio deste Boletim, informar sobre a **prorrogação** da obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e nas operações internas de fornecimento a órgãos e entidades estaduais.

Inicialmente foi publicado o Protocolo ICMS 42/2009 que, em sua cláusula segunda estabeleceu a obrigatoriedade da emissão da NF-e a partir de 1º de dezembro de 2010. A determinação se destina aos contribuintes que realizem operações destinadas à Administração Pública direta e indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Entretanto, a SEFAZ-PE, juntamente com algumas unidades fazendárias, estabeleceu **um novo prazo** para a obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e para as operações realizadas dentro do estado, publicando por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ o Protocolo ICMS 193, de 30 de novembro de 2010, alterando o protocolo ICMS 42/2009.

Para os casos de emissões de NFe destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nas OPERAÇÕES INTERNAS dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e pelo Distrito Federal, a obrigatoriedade nas operações internas destes estados será a partir de 1º de abril de 2011.

Ressaltamos que nas operações interestaduais a obrigatoriedade é a partir de 1º de Dezembro de 2010. Os produtores rurais que não tem CNPJ não estão obrigados à emissão de NFe.

Em síntese, **para as operações internas, a obrigatoriedade de emissão de NF-e** que inicialmente foi determinada para ter sua vigência iniciada em 01/12/2010 **teve seu prazo prorrogado para vigor a partir de 01/04/2010**. Ressaltamos que **nas operações interestaduais**, a obrigatoriedade de emissão da NF-e **passou a ter vigência desde 01/12/2010**.

Lembramos que é considerada inidônea, para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do Fisco, a Nota Fiscal que não seja a legalmente exigida para a operação, inclusive em decorrência de expiração do prazo de validade do referido documento fiscal.